



4267 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: em discussão a formação continuada

Ana Paula Mondêgo Dias - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Carla Ivana Amorim da Silva - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Lélia Cristina Silveira de Moraes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Resumo

O presente estudo apresenta reflexões sobre a formação de professores no Brasil, com foco na formação continuada de professores, como estratégia de redimensionamento da prática, tomando-se como referência o contexto produzido a partir dos anos 1990. Estas reflexões integram a pesquisa em andamento, no Mestrado em Educação, referente à formação de professores. Para realização deste estudo, utilizou-se o aporte teórico de Saviani (2008), Marques (1992), Gatti (2008), André (2010), Paula (2008) Gauthier, (2013). A metodologia adotada é de cunho qualitativa, por possibilitar interpretação do fenômeno em estudo. Como resultado destas reflexões iniciais entende-se que é urgente e necessário dialogar sobre a formação de professores, tanto inicial como contínua, a fim de favorecer as discussões para refletir acerca das práticas pedagógicas e a realidade escolar que se apresenta atualmente, nesse sentido, a formação continuada para os professores já em exercício é apontada como um caminho para que os docentes possam de forma segura e fundamentada produzir um trabalho de qualidade e assim fortalecer a sua prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Políticas educacionais. Prática pedagógica

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: em discussão a formação continuada

Ana Paula Mondêgo Dias – UFMA

Carla Ivana Amorim da Silva – UFMA

Lélia Cristina Silveira de Moraes – UFMA

Resumo

O presente estudo apresenta reflexões sobre a formação de professores no Brasil, com foco na formação continuada de professores, como estratégia de redimensionamento da prática, tomando-se como referência o contexto produzido a partir dos anos 1990. Estas reflexões integram a pesquisa em andamento, no Mestrado em Educação, referente à formação de professores. Para realização deste estudo, utilizou-se o aporte teórico de Saviani (2008), Marques (1992), Gatti (2008), André (2010), Paula (2008) Gauthier, (2013). A metodologia adotada é de cunho qualitativa, por possibilitar interpretação do fenômeno em estudo. Como resultado destas reflexões iniciais entende-se que é urgente e necessário dialogar sobre a formação de professores, tanto inicial como contínua, a fim de favorecer as discussões para refletir acerca das práticas pedagógicas e a realidade escolar que se apresenta atualmente, nesse sentido, a formação continuada para os professores já em exercício é apontada como um caminho para que os docentes possam de forma segura e fundamentada produzir um trabalho de qualidade e assim fortalecer a sua prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Políticas educacionais. Prática pedagógica

Introdução

Os debates sobre a formação de professores, no meio acadêmico, nos fóruns e movimentos de defesa da educação de qualidade, não se configura uma pauta recente, pois desde o século XIX, que se exigia uma resposta para o problema da instrução popular. A Revolução Francesa foi um marco histórico para a temática tratada, pois foi após esta revolução que, segundo Saviani (2009, p.143), “o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores” passou a ter uma funcionalidade.

Com a finalidade de melhor compreender o tema em questão este trabalho pretende situar de forma breve, a formação de professores no Brasil na década de 1990, no contexto das reformas educacionais implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para atender aos interesses definidos pela política neoliberal deste período, assim como uma reflexão sobre a formação continuada e as práticas docentes.

Observa-se que muitas pesquisas têm sido realizadas e fomentadas a fim de compreender as várias questões de cunho político, econômico e social que permeiam a centralidade das discussões referentes à formação docente, sobretudo, como mecanismo de “salvação” para os problemas que afetam o desenvolvimento de uma formação qualitativa do sujeito.

O percurso metodológico trilhado por esta pesquisa deu-se em princípio pelo levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, a fim de melhor compreendê-lo, para isso, buscou-se apoio nos escritos de Saviani (2008), Marques (1992), Gatti (2008), André (2010), Paula (2008) e Gauthier, (2013). Trata-se de uma abordagem qualitativa por possibilitar identificar os motivos e significados do objeto investigado.

Este texto está estruturado da seguinte forma: tratou-se inicialmente da formação de professores no Brasil na década de 1990, na sequência teceram-se algumas reflexões sobre formação continuada de professores, e por fim traçou-se as considerações finais.

Formação de Professores no Brasil no contexto da década de 1990: um breve contexto histórico

Ao considerar que a formação de professores é objeto fundamental na qualidade da ação educativa, faz-se necessário tecer um breve resgate dos acontecimentos que estiveram no cerne da formação de professores no Brasil, durante a década de 1990, a qual marca as reformas educacionais que aconteceram no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo objetivo foi atender aos interesses de uma política neoliberal que se firmava no Estado Brasileiro, nesse período, em consonância com as exigências dos organismos multilaterais, a exemplo, do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), entre outros, que era o de promover mudanças na educação, para torná-la de “qualidade para todos”.

Essas mudanças resultaram nas implementações das políticas neoliberais seguidas de medidas de governo que visavam melhorias na qualidade da educação: Plano Decenal de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais para educação básica e superior, SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Exame Nacional de Cursos (Provão), ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, FUNDEF, Lei da Autonomia Universitária, entre outras.

Nesse contexto, considera-se que a formação docente constituiu-se parte integrante dos interesses dessa política, visto que, para estes órgãos, investir na qualificação de profissionais para atuar na educação era condição fundamental, para que se pudesse atender a demanda do mercado de novos processos produtivos, assim, o professor era visto como o profissional com capacidade para preparar o sujeito profissionalmente para atuar no mercado de trabalho, para que isso acontecesse foi necessário implementar reformas na educação, que para Pacheco (ET AL, 2001, p.188):

O ideário da reforma educacional em curso, paradoxalmente, identifica no professor não só o responsável pelas dificuldades do sistema público de ensino, como lhe atribui o condão de extirpá-las. A estratégia discursiva engendrada pelos órgãos oficiais construiu não só a imagem do professor como um não-profissional, cujas ações redundavam não raro em perdas para os alunos e para o sistema de ensino, mas também a representação de que só ele criaria as condições para a realização do projeto governamental.

Dessa forma, observa-se a formação docente fundamentada sob a ótica da profissionalização, em que a ele é atribuído o papel único e exclusivamente de sucesso ou insucesso dos alunos, além de requerer do docente a produção das competências exigidas pelo mercado, nesse contexto, verifica-se que a formação teve seu significado não para viabilizar ao professor uma preparação que o possibilitasse mais autonomia.

Uma das grandes conquistas alcançadas nesta década fruto de muitas discussões ocorridas em décadas anteriores foi a criação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), entidade que passou a lutar decisivamente por uma formação integrada do Pedagogo, tendo como eixo articulador a docência, e que veio, por razões diversas, elegendo a universidade pública como espaço privilegiado para debates, assim como para a formação desse profissional. Entretanto, apesar desses espaços de discussões terem iniciado nos anos 1990, essa mesma década foi marcada pela centralidade nos conteúdos da escola, fato que se revelou um retrocesso às conquistas da década anterior.

Nessa ótica, as políticas oficiais vigentes nesta década, não tinham interesse em financiar de forma adequada as medidas que pudessem sanar os problemas estruturais e organizacionais de currículo nos cursos destinados a formar professores há muito existentes nas universidades, tanto públicas, quanto privadas a fim de superar a problemática da formação inicial de professores.

Com estas políticas verifica-se ainda que, a educação novamente foi posta a serviço do capital, ao criar-se uma política de expansão dos institutos superiores de educação e cursos normais superiores desde 1999, como recomendava o Banco Mundial, em documento de 1995, que tinha como foco a formação de mão de obra técnica, instrumental, profissionalizante e aligeirada.

Nessa mesma década a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96) foi aprovada, e observou-se que mesmo antes de sua aprovação este documento, foi por um longo período, motivo de grandes discussões e embates durante o trâmite no Congresso Nacional, principalmente, sobre a temática da formação de professores.

Assim, todo o panorama apresentado relativo à formação de professores objetiva uma questão importante levantada por André (2010, p. 176):

Conhecer mais e melhor os professores e seu trabalho docente porque temos a intenção de descobrir os caminhos mais efetivos para alcançar um ensino de qualidade, que se reverta numa aprendizagem significativa para os alunos. Isso supõe, por um lado, um trabalho colaborativo entre pesquisadores da universidade e os professores das escolas, e por outro lado um esforço analítico muito grande, seja no interior dos grupos de pesquisa, seja entre grupos para reunir elementos que ajudem a reestruturar as práticas de formação.

Assim, o contexto de formação docente no Brasil, deve ser compreendido, com a finalidade de refletir sobre as questões em que as políticas de formação foram pensadas e de como estas resultariam na melhoria das práticas docentes. Nesse sentido, que se traz para a reflexão deste trabalho a formação continuada de professores relacionada com a prática pedagógica.

Formação Continuada de professores - algumas reflexões

A formação continuada de professores do mesmo modo que a inicial tem sido apontada como condição para a qualidade da educação e, por conseguinte, a qualidade do ensino. O contexto deste tipo de formação situada também na década de 1990, fora institucionalizada com o objetivo de adequar os professores aos tempos atuais, ou seja atender as determinações da sociedade mais uma vez, no qual resultou na exigência de indivíduos mais qualificados sob a ótica de uma sociedade informacional e tecnológica uma sociedade cuja exigência era saber usar o conhecimento e transformá-lo em produto para ser comercializado no mercado, para tanto, necessário se faz investir na formação dos sujeitos e isso implica na preparação de quem formará esse sujeito, o professor.

Entretanto, é importante que se compreenda como essa formação ocorre e porque ela ocorre, pois, conforme, Gatti (2008, p.56):

O surgimento de tantos tipos de formação não é gratuito. Tem base histórica em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, nas dificuldades do dia-a-dia nos sistemas de ensino, anunciadas e enfrentadas por gestores e professores e constatadas e analisadas por pesquisas.

Essas condições emergentes destacadas por Gatti alerta para a forma em que estão sendo ofertadas essas formações, além de ressaltar que a formação por si só não se basta, uma vez que há outras questões que dificulta a aprendizagem do educando, o currículo por exemplo.

Sabe-se que a formação inicial não dá conta de atender a todas às demandas que surgem no exercício da profissão docente, por isso, a formação continuada tem se mostrado um caminho possível de ser percorrido, pois é também um momento no qual o professor pode avaliar o seu próprio trabalho.

Desse modo, ela:

Não pode ser concebida como meio de acumulação de (cursos, palestras, seminários, etc. de conhecimento de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento. (Paula 2009, p.67; 68 *apud* CANDAU, 1997, p.67):

Essa perspectiva de formação defendida por Candau (1997) vai ao encontro da reflexão realizada por Souza (2007, p.38), quando afirma que:

a formação continuada deve possibilitar uma análise da prática, não de forma isolada e abstrata, mas com base nas situações do cotidiano escolar, num movimento constante da prática para a teoria e numa volta à prática para transformá-la.

Isto quer dizer que a formação continuada cria oportunidades para o profissional refletir constantemente sobre sua atuação profissional, uma vez que o educador confronta teoria e prática o que lhe possibilita avaliar sua prática em sala de aula e redimensioná-la quando se fizer necessário no sentido de melhoria da qualidade do ensino.

Considerações finais

De maneira geral, percebemos que é urgente e necessário dialogarmos sobre a formação de professores, tanto inicial como contínua, a fim de favorecer as discussões para refletir acerca das práticas pedagógicas e a realidade escolar que se apresenta.

Nesse sentido, a escola tem importante papel a cumprir na sociedade, ensinando os alunos de maneira crítica, haja vista, o universo de informações que circulam atualmente. O desenvolvimento tecnológico constante vai provocando modificações diárias, pode-se assim dizer. Ao mesmo tempo em que surgem novas profissões, outras desaparecem e, em razão dessa alteração constante, todos devem estar preparados para lidar com os novos fenômenos sociais que se apresentam.

Diante disso, entre os caminhos prováveis para auxiliar o discente a lidar com todas modificações que ocorrem na sociedade aponta-se o da formação continuada para os professores já em exercício, visto que esta pode ser um mecanismo importante para que os docentes possam caminhar de forma segura e produzir consequentemente um trabalho de qualidade. Além do mais, pensar que ensinar consiste apenas em transmitir um conteúdo a um grupo de alunos é reduzir uma atividade tão complexa quanto é o ensino a uma única dimensão, aquela que é mais evidente. (GAUTHIER *et al*, 2013, p. 20-1).

Desta forma, acredita-se que a formação viabiliza reflexões para o docente auxiliando-o cotidianamente nas escolhas das atividades curriculares que envolvem os estudos e práticas pedagógicas no sentido de subsidiar o processo de ensino-aprendizagem.

REFERENCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set.-dez. 2010.

GATTI, Bernate.A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** In: Revista Brasileira de Educação.v.13, n.37, jan/abril,2008.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma teoria da pedagogia:** pesquisa contemporânea sobre saberes docentes. Trad. Francisco Pereira de Lima. 3. ed. Ijuí: Unijui, 2013.

LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Atualizada em 25/10/2011.

MARQUES, M. O. **A reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação.** Em Aberto, Brasília, DF, v. 12, n. 54, p. 43 - 50, 1992.

PAULA, Simone Grace de. **Formação Continuada de Professores:** perspectivas atuais. In: Pandeia. Belo Horizonte. n.6, jan/jun, 2009. p.65-85.

PACHECO, J.A.Et al. **Políticas Educacionais no anos 90:** a formação de professores no Brasil e em Portugal. Editora da UFPR.n18. Curitiba.2001, p.175-199.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto histórico.**In: Revista Brasileira de Educação. v.14. n 40. Jan./abr.2009.